

Aproximações à cultura académica universitária na perspectiva coimbrã e sergipana (de 1950 à actualidade)

**Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira Cruz e Margarida Louro
Felgueiras**

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade
Federal de Sergipe, marciacruz.ufs.br@hotmail.com

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da
Universidade do Porto, margalf@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como centralidade alguns ritos e símbolos das tradições académicas estudantis e docentes de duas instituições: a Universidade de Coimbra (fundada no século XIII) e a Faculdade de Direito de Sergipe (que funcionou entre 1950 e 1968, no Brasil). A finalidade é refletir acerca da circulação de modelos de rituais entre estas duas instituições.

Partimos do pressuposto de que a importância simbólica das tradições coimbrãs extravasa o nível local/nacional, por terem sido transportadas por aqueles que ao longo do tempo se formaram na Universidade de Coimbra, o que justifica a realização de estudos acerca dessa circulação. Como abordagem utilizamos a recolha etnográfica dos rituais académicos atuais e o seu cotejamento com a literatura e documentação existentes em acervos de Portugal e de Sergipe.

Palavras-chave: cultura académica universitária, Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito de Sergipe, rituais, Etnografia

Abstract

The aim of this work is to study the rituals, symbols and academic traditions of two institutions: the University of Coimbra (founded in the thirteenth century) and the Law Faculty of Sergipe (which ran between 1950 and 1968 in Brazil). Our objective is to analyze the circulation of ritual models between the two institutions.

We assume that the symbolic importance of the Coimbras' traditions goes beyond the local/national level, as they have been transported by those who graduated from the University of Coimbra. This movement and sharing of information justifies the importance of studying this phenomenon. As a methodology we will use an ethnographic approach to the rituals and their presence in literature and documents existent in the Portuguese and Sergipe's collections.

Keywords: academic university culture, University of Coimbra, Law Faculty of Sergipe, rituals, Ethnography

Aproximações à cultura académica universitária na perspectiva coimbrã e sergipana (de 1950 à actualidade)¹

As Universidades, sua cultura, ritos e símbolos têm sido objeto dos mais variados estudos. Em Portugal, a Universidade de Coimbra² e a vida estudantil foram e são temas exemplarmente estudados³ a partir das mais diferentes abordagens, estando referenciadas em obras que as tratam de forma indireta ao investigar o sistema político e a instrução pública portuguesa; e, direta, ao analisar as memórias institucional e individuais.⁴

É possível pensar o percurso da produção historiográfica portuguesa⁵ a este respeito, a partir de três momentos distintos, na sua relação com a História da Educação.⁶ Inicialmente, a partir da contribuição de Braga (1892-1902) no século XIX; depois, do trabalho de Cruzeiro (1990) no século XX; e, por fim, da pesquisa de Frias (2003) no século XXI⁷.

Apesar da diversidade de abordagens, os estudos foram e têm sido realizados quase que exclusivamente por pesquisadores e autores portugueses,⁸ para os quais o termo académico⁹ compreende a tessitura das relações e inter-relações – ações e resistências – dos estudantes entre si, com um lugar e seus personagens – Coimbra – e com uma instituição – a Universidade – da qual

historicamente tem decorrido a construção de uma identidade específica¹⁰ e a manutenção de suas tradições. Diz respeito, em última instância, à vida estudantil.¹¹

A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra conta com alguns estudos, cuja produção foi iniciada por Merêa (1952-1956).¹² Na comemoração dos 700 anos da Universidade houve a publicação da obra *A História da Faculdade de Direito de Coimbra*, de autoria de Carvalho & Cunha (2008).¹³

Contrariamente a Coimbra, o estudo do ensino superior em Sergipe¹⁴ está em fase de construção. Na atualidade o tema tem sido objeto de pesquisa no âmbito do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, com ênfase na História Cultural, a partir da categoria *cultura escolar*.¹⁵

Acerca da Faculdade de Direito de Sergipe foram produzidos trabalhos que tratam da sua história em alguns poucos artigos publicados em meio eletrônico e em coletâneas de texto, a exemplo do trabalho de Fontes (1991). Oliveira (2008), em pesquisa monográfica, investigou as origens e as práticas formativas da Faculdade de Direito a partir da História Cultural. Estes trabalhos, todavia, não discutiram os rituais vivenciados na Faculdade.

Torgal (1993, p. 178), acertadamente, não difere rito de ritual, vez que, no seu entendimento, “o rito constitui-se em uma regra ou conjunto de regras que se pratica em qualquer cerimônia e a cerimônia é, pois, a “solenidade ritual” que exterioriza um determinado ato”.

A questão que nos colocamos é perceber onde a comunidade acadêmica da Faculdade de Direito de Sergipe se inspirou para inventar suas tradições e, para tanto, estamos a realizar as primeiras aproximações entre as experiências da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Direito de Sergipe. O recorte temporal compreende o período de existência da Faculdade de Direito, mas, chega à atualidade a partir da etnografia de rituais que realizamos em 2012 na Universidade de Coimbra.

Ainda que não se possa determinar quando começaram a ser adotados pelas Corporações de Ofício e depois pelas Universidades Medievais é certo, segundo Rodríguez (2004), que os rituais no âmbito acadêmico encontravam-se plenamente estruturados e tipificados na Idade Moderna. Em Salamanca, por exemplo, havia ritos e símbolos correspondentes a cada grau em que um estudante salmantino pudesse ser investido.¹⁶

Tanto na Universidade de Coimbra como na Faculdade de Direito de Sergipe o transcurso da vida acadêmica foi e é constituído pela vivência de rituais específicos. Para Durkheim (2001) os rituais demarcam a essência do social, mobilizando grupos e pessoas, em intervalos regulares, em torno de celebrações e do cuidado com as coisas sagradas, cuja vivência em momentos determinados e no cotidiano permite a manutenção e consolidação de sentimentos coletivos.

Constituem-se, segundo Tambiah (apud Peirano, 2000), em um sistema cultural de comunicação simbólica, formado por sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expresso por múltiplos meios¹⁷ cujo conjunto denomina-se *ação ritual* ou *ação performativa*.

Como acentua Bourdieu (1982), o ritual não realiza apenas uma passagem, mas, institui, sanciona, santifica a nova ordem estabelecida, possui um efeito de consagração estatutária, encoraja o promovido a viver de acordo com as expectativas sociais ligadas à sua posição. Estabelece uma diferença. Van Gennep (1981) entende que a produção da diferença e da distinção socialmente

relevante ocorrem por intermédio das sequências rituais compostas por ritos preliminares (separação), ritos liminares (agregação) e ritos pós-liminares (desagregação).

Para MacLaren (1991), «A cultura é formada fundamentalmente por rituais inter-relacionados e sistemas rituais...» (p. 32) e o estudo, delimitação e abrangência dos rituais dependem da adoção de uma concepção abrangente de cultura pelo pesquisador, que possibilite a problematização do cotidiano escolar. Para o autor, as relações específicas de poder, por intermédio de rituais de desempenho e reguladores *constituiriam formas cotidianas de dominação que por outro lado gerariam atitudes e rituais de resistência*. Enfim, um processo dialético amalgamado nas relações diárias, entre os sujeitos.¹⁸

Assim, o conceito de cultura acadêmica universitária que estamos a discutir busca ampliar e delimitar uma outra cercania para o termo acadêmico, diferentemente do utilizado nos estudos ligados à Universidade em Portugal, a fim de que possa atuar como norte para o exercício de aproximação entre as tradições coimbrã e sergipana, consideradas as questões identitárias que as unem ou as separam para fins deste estudo.¹⁹

A concepção mais abrangente atribuída ao termo *académico* tem a finalidade de nele estar contido o conjunto das tradições e da cultura construída, vivenciada e partilhada por estudantes e docentes no interior de uma instituição de ensino superior. Por outro lado, «universitário» não apenas reforça esse entendimento, como exclui a possibilidade de que sejam consideradas como abrangidas pelo conceito práticas universitárias que foram adotadas em dado momento histórico em instituições de ensino secundário.²⁰

A(s) tradição(ões) consolida(m) socialmente determinados aspetos da cultura. As tradições de que estamos a tratar estão circunscritas ao entendimento de Burke (2007), que opera com uma visão ampla, as quais «...abranchem a cultura oral, as práticas (o saber prático, as habilidades técnicas) e a cultura material (...) Estudando-se as tradições, é também preciso dar respostas abrangentes a perguntas como: Quem transmite? Ou como? A chamada 'organização social da tradição...'» (p. 15-17).

As tradições não são imutáveis. A relatividade e a adaptabilidade foram expressas por Hobsbawn (1997), ao propor o conceito de *tradição inventada*, entendida como,

«...um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceites; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado...». (p. 09)

Ao estabelecer coesão social, legitimar instituições, status ou relação de autoridade e inculcar padrões de comportamento social, a tradição inventada e a sua reinvenção parecem conceder longevidade aos ritos e símbolos sociais, o que possibilita uma chave de compreensão quanto à capacidade de resistência das tradições da Universidade de Coimbra à mudança.

O ensino superior e os ritos e símbolos na Faculdade de Direito de Sergipe

A necessidade de profissionais para atuar no âmbito do Direito existiu desde o início da presença dos portugueses na *terra brasílis*. Foi imperativo ordenar e civilizar uma sociedade em crescimento, além de administrar os negócios da Metrópole e solucionar conflitos por intermédio da criação de órgãos e cargos específicos. Todavia, somente no século XIX o ensino superior foi instituído²¹

mediante a criação de cursos isolados ligados às ciências médicas, às artes e aos ofícios militares.²² A fundação de uma Universidade somente ocorreu no século XX.

Como uma das consequências dessa letargia, da instalação da administração colonial portuguesa à independência brasileira, a Universidade de Coimbra realizou a formação do maior número de membros das elites brasileiras que desejavam obter o título de bacharel, em especial, de Direito.²³

No cenário pós-independência, a formação jurídica foi instituída no Brasil em 1827²⁴, após acirrados debates legislativos, quando houve a necessidade de se constituir a ideia de nacionalidade própria, formar quadros internos para a gestão dos órgãos do Estado e criar um sistema legal específico.

Em Sergipe²⁵, a primeira tentativa de fundação do ensino superior ocorreu no final do século XIX, após a visita de D. Pedro II à Província, mediante a propositura da fundação do Imperial Instituto de Agricultura Sergipano, iniciativa que não se concretizou.

No que diz respeito à formação jurídica, ocorreram três diferentes e infrutíferas tentativas²⁶, a partir do fim do século XIX, mas, apenas em fevereiro de 1950 foi fundada a Faculdade de Direito de Sergipe, que exerceu suas atividades até 1968 quando, juntamente com 5 outras Faculdades, deu origem à Universidade Federal de Sergipe²⁷.

Os anos 50 e 60 do século XX foram marcados, em Sergipe, pelo crescimento populacional e econômico²⁸ e pela adoção de medidas desenvolvimentistas pelo Governo do Estado.²⁹ Foi nesse processo de transformação social que a Faculdade de Direito se desenvolveu³⁰. Nas imagens a seguir é possível situar Sergipe no território brasileiro (Fig.1), assim como, visualizar o centro da cidade de Aracaju (Fig. 2) no fim dos anos 60.³¹

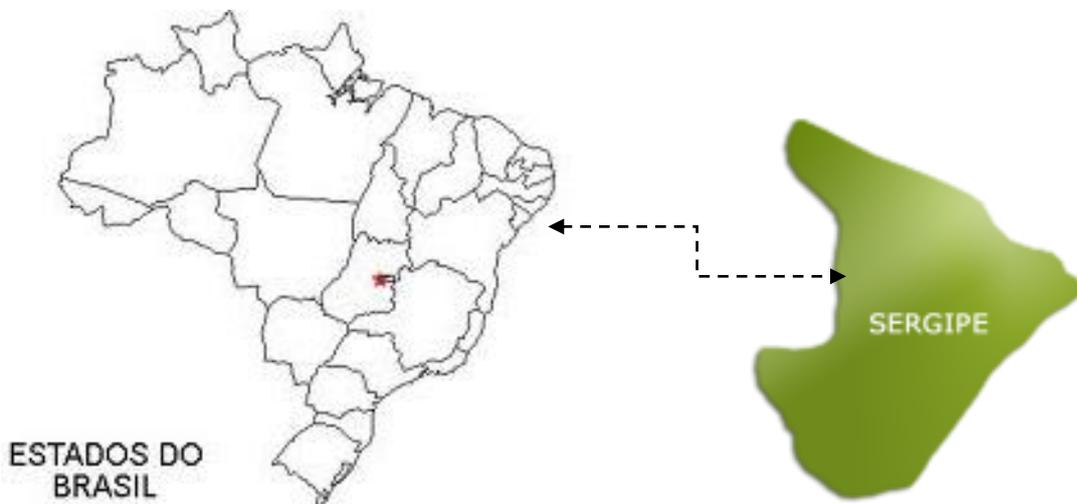


Figura 1: Localização geográfica de Sergipe no território brasileiro
Fonte: Criação das autoras



Figura 2: Vista panorâmica do Centro de Aracaju, Capital de Sergipe, no final da década de 1960. Acervo: Memorial de Sergipe – Universidade Tiradentes – Sergipe

O ato que definiu em 28 de fevereiro de 1950 a instituição de uma Faculdade de Direito em Sergipe foi precedido de convocação pública a todos os juristas e outros intelectuais locais. A reunião ocorreu no Conselho Penitenciário, entidade de grande prestígio junto ao governo do Estado naquele momento e que se situava em Aracaju, Capital de Sergipe.³²

O ingresso na Faculdade de Direito realizava-se por meio de Exame de Habilitação, para o qual havia Exames Preparatórios. Os novos estudantes eram recebidos com Aula Inaugural e a maioria dos discursos foi publicada na Revista da Faculdade de Direito.

O mês de abril era marcado pela realização do Trote³³, ritual público de separação composto, em Sergipe, pela utilização de fantasias e tabuletas com protestos político-sociais que eram impostos aos calouros pelos veteranos, que definiam como o Trote se processaria³⁴. Os calouros deveriam desfilar pelas ruas da cidade e realizar a *Oração do Burro*, diante de todos os populares e autoridades políticas presentes.

A posse da Diretoria do Centro Acadêmico Sílvio Romero, entidade representativa dos estudantes da Faculdade de Direito, fundada em 1951 de acordo com o Regimento da Faculdade de Direito (1956) deveria ser presidida pelo diretor. Convidados, registros em jornais, arranjo de flores, presença de familiares, discurso de posse, enfim, um ritual de separação dentre os estudantes de direito e ao mesmo tempo de *acolhimento* da liderança estudantil junto à congregação daquela Faculdade.

A mais importante solenidade, todavia, era a de Colação de Grau, que ocorria quando o estudante já havia concluído seu processo formativo e sido aprovado em todos os exames. Ao redor da solenidade gravitava uma série de atividades secundárias como a Aula da Saudade, último contato entre docentes e alunos, a Missa com a Bênção dos Anéis, o jantar e baile de formatura, que se seguiam à colação.

Segundo Rollemberg (2010), as solenidades da Faculdade de Direito de Sergipe eram mais bonitas e pomposas do que nas das demais Faculdades, sempre atraindo grande público. Segundo a depoente, o diretor da Faculdade supervisionava diretamente os preparativos das solenidades,

conferindo que todos os símbolos do Direito ali estivessem encarnados, a exemplo da cor vermelha nas flores, que decoravam o ambiente.

A solenidade de formatura requeria grande respeito por parte da plateia. Os formandos deveriam ser aplaudidos quando entrassem, em cortejo, no local da solenidade. Além do Diretor da Faculdade, que concedia o Grau de Bacharel, tinham voz apenas o Orador da Turma e o Paraninfo.

Segundo o Regimento da Faculdade de Direito (1956), o ritual continha ritos preliminares, por exemplo a submissão e aprovação do discurso do orador pelo diretor da Faculdade, ritos intermédios de leitura do nome dos alunos que concluíram o curso, leitura da fórmula da promessa exigida para o grau e aposição da borla na cabeça do formando durante a récita da fórmula e, rito final, o discurso do Paraninfo.

Os poucos registros fotográficos da solenidade de formatura da primeira turma dão conta de que as insígnias dos formandos eram constituídas pelo anel, barrete e faixa na cor do curso, especificamente, a cor vermelha (Fig. 3). Quanto aos docentes, verifica-se a utilização do capelo e do anel. Todavia, a borla apenas surge como elemento ritual de concessão do grau de bacharel, colocada em elevação sobre a cabeça do formando (Fig.4).

Outro símbolo presente, o da Faculdade, constava da bandeira, flâmula, álbum, quadros e placas de formatura. Nas imagens a seguir vê-se parte da primeira turma de formandos da Faculdade de Direito a utilizar suas insígnias e capelo e borla utilizados pelo Diretor da Faculdade, durante o juramento de um formando.

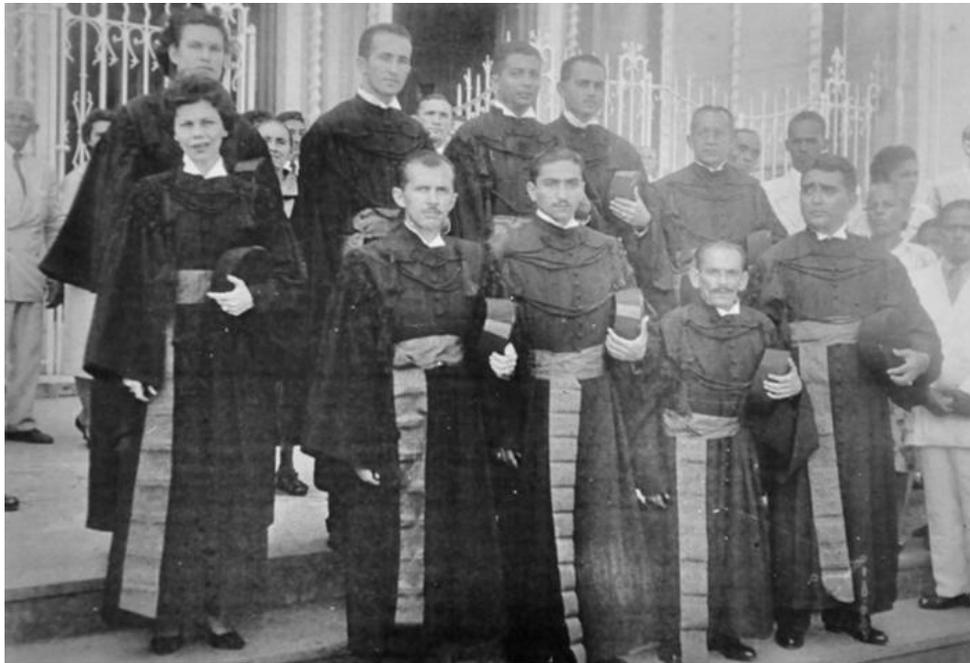


Figura 3: Missa de Formatura da primeira turma de Bacharéis da Faculdade de Direito de Sergipe
Fonte: Exposição 30 anos da UFS. Acervo: Museu do Homem de Sergipe - UFS



Figura 4: Concessão do grau da primeira turma de bacharéis da Faculdade de Direito de Sergipe
Fonte: Exposição 30 anos da UFS. Acervo: Museu do Homem de Sergipe – UFS

Os rituais académicos na Universidade de Coimbra: invenção, reinvenção e esquecimento

A busca da resposta à questão central deste estudo levou-nos não só a consultar obras especializadas sobre a história e os rituais académicos na Universidade de Coimbra, mas também, a observar como esses rituais são realizados na atualidade, com o intuito de perceber em suas externalidades, peculiaridades e a ação performativa dos agentes envolvidos nesses festejos celebratórios.

O registo etnográfico, que se insere nas novas possibilidades metodológicas decorrentes do alargamento do campo de pesquisa da História da Educação, foi definido como o recurso mais apropriado e a observação foi realizada entre os meses de maio a julho de 2012. O diário de campo da pesquisa foi constituído pela coleta de imagens dos rituais.³⁵

Também foram realizadas entrevistas³⁶ a fim de caracterizar o modelo organizativo e colher o necessário contraponto entre diferentes representações acerca dos ritos na atualidade. A observação priorizou a participação de cursos, funcionários, autoridades e familiares, a utilização de traje académico³⁷ e as sociabilidades vivenciadas.

Considerando os rituais e símbolos abarcados pela cultura académica universitária em Coimbra e os adotados na Faculdade de Direito de Sergipe, selecionamos, da etnografia realizada³⁸, a Queima das Fitas³⁹ e a Imposição de Insígnias Doutorais⁴⁰, a fim de trazer à reflexão a ligação/conexão entre as práticas académicas coimbrã e sergipana. Partimos do pressuposto de que as tradições atualmente existentes na Universidade de Coimbra foram resultado da construção histórica de uma série de costumes estudantis e de regras institucionais relativas aos docentes.⁴¹

Vinculada à Praxe⁴² a Queima das Fitas⁴³ é realizada e conduzida pela Associação Académica de Coimbra.⁴⁴ A Queima das Fitas, a partir dos anos 20 do século XX deixou de ser um ritual apenas no âmbito da *Alta*⁴⁵ e circunscrito à comunidade académica, para se transformar em um festejo que passou a reunir toda a comunidade coimbrã.

Na Semana da Queima das Fitas em 2012, o ato de queimar o grelo realizado na manhã de domingo, não foi precedido de qualquer discurso ou apresentação. A fila de estudantes à espera do início do ritual começou a formar-se antes das 09 horas. Contrariando a lógica hierárquica académica coimbrã, os estudantes não se organizaram nem foram organizados seguindo a hierarquia dos cursos (do mais novo para o mais antigo).

Grande parte dos estudantes fazia-se acompanhar por algum tipo de familiar - mãe, pai, avós, irmãos, namorado (a) - especialmente vestido para a ocasião e que realizava, na maioria das vezes, registro fotográfico não só do estudante, mas de todo o núcleo familiar, tendo como figura central o estudante da Universidade de Coimbra, a indicar a importância da distinção social desses festejos celebratórios para as famílias.

Nos trajes académicos e no rosto dos estudantes, as marcas do vivido.

A semana da Queima das Fitas havia começado com a Serenata Monumental na quinta-feira da semana anterior. Desde então, os estudantes estavam submetidos a um ininterrupto conjunto de atividades oficiais, assim como, à boémia característica da vida estudantil coimbrã.

A barra das calças e da capa, assim como os sapatos, já apresentavam a lama resultado das *Noites de Parque*. Muitos rapazes já mostravam a barba por fazer. Nas moças, as olheiras eram ocultadas por grandes óculos de sol. Alguns estudantes, no entanto, tinham o traje impecavelmente arrumado para o momento do registo de sua passagem pela queima das fitas.

A importância simbólica do ritual e suas decorrências económicas na atualidade podem ser verificadas por meio do comércio informal, que instalado em vários pontos do Largo da Sé Nova, da Praça D. Dinis, arredores da Associação Académica e Praça da República, vendia todo tipo de *souvenir* para perenizar o momento; sem contar com a estrutura montada especificamente pela Associação Académica para dar suporte ao evento e pelo comércio legalizado.

Às 10 horas, dois prestadores de serviço credenciados pela Associação Académica acenderam o fogo e alguns minutos após, foi dado início ao ritual. Em grupos por curso ou de cursos diversos, os estudantes subiam os quatro lances e chegavam ao palanque forrado de vermelho. Ao fundo a Sé Nova e à frente o recipiente para queimar o grelo. Abaixo: familiares, amigos e uma gama de fotógrafos, parte credenciados pela Associação Académica.

A maioria dos estudantes, independentemente do curso, não sabia o que de fato deveria ser feito naquele momento. Repetidamente, foram orientados por um dos fotógrafos: *capas sobre o ombro!, desenrolem as fitas da pasta!, podem colocar o grelo aí dentro..., não tenham medo..., não se vão queimar!*. Estampada estava, todavia, a alegria de estar a participar desse momento.

Depois de queimar o grelo vem o momento de consagração. Todos, seguindo orientação, levantavam a pasta ao alto e alguns grupos entoam o Grito de Guerra Académico. Descem e reúnem-se para novas fotografias, agora como *Candeeiros Fitados*, segundo o Código de Praxe. Posam ao lado de familiares a registrar a nova posição dentro da academia e seguem para o Cortejo dos Fitados. A seguir imagens dos elementos simbólicos utilizados no ritual.



Figura 5: Utensílio em formato de pinico: elemento ritual da Praxe Académica
Fonte: Acervo pessoal de Cruz, M. T. J. O. – Queima das Fitas 2012



Figura 6: Grelo e fitas: insignias académicas e símbolos rituais
Fonte: Acervo pessoal de Cruz, M. T. J. O. – Queima das Fitas 2012

No outro extremo da vida académica a Imposição de Insígnias Doutorais tem a finalidade de apresentar solenemente doutores ao Colégio Doutoral de toda a Universidade de Coimbra. Trata-se, em verdade, como apontado por Torgal (1993) de um ato de consagração, vez que, aquele que recebe as insígnias já é possuidor do título académico de doutor. No dia 17 de junho de 2012 a Faculdade de Direito realizou a Imposição de Insígnias⁴⁶ a cinco doutores, dois dos quais brasileiros, na sua primeira solenidade realizada com essa composição.⁴⁷

Os grandes passos do ritual compreendem a preparação do espaço com a aposição de ramos de folhas de louros na entrada do prédio⁴⁸. Na Sala dos Capelos, local onde a solenidade ocorre, é colocado o estandarte com a cor do curso que estará impondo as insígnias, cadeiras para requerentes, padrinhos, oradores, Reitor. O ritual tem início na Biblioteca Joanina⁴⁹ e, ao som de uma Charamela⁵⁰, seguem todos os participantes em cortejo, em direção à Sala dos Capelos.

Após uma oração (saudação) inicial por parte do doutorado requerente mais antigo, dirigida ao Reitor, há a sequência dos discursos em que são destacadas as qualidades académicas do(s) candidato(s) requerente(s). Ao fim, o Reitor indaga aos requerentes: «*Quid petis?*» a que é respondido em Latim «*Gradum doctoratus in...*»⁵¹ Na sequência, o Reitor impõe a borla sobre a cabeça do(s) requerente(s), a conferir-lhe a investidura, recebendo o requerente, que já usava o capelo desde o início da solenidade, sua própria borla, na cor da faculdade, o anel e o livro.⁵²

Segundo relatou Goulão (2012), Chefe do Cerimonial da Universidade de Coimbra, em entrevista, o capelo ou pequena capa, está a significar a “Ciência” sob a qual está revestido o «Doutor». Torgal (1993, p. 196) complementa a interpretação acerca dos insígnias utilizadas no ritual a partir de uma comparação com os ritos eclesásticos « o barrete [borla], símbolo da sabedoria, o anel, que representa a fidelidade. » Por fim, o livro contém os Estatutos da Universidade de Coimbra e representa o compromisso com a instituição.

Em seguida os agora doutores constituídos, são abraçados por todos os membros do colégio doutoral, a simbolizar o acolhimento pela comunidade académica. Por fim, os novos doutores sentam-se por breves momentos junto aos demais doutores, a ocupar simbolicamente o seu lugar no conjunto doutoral. Encerrada a sessão, o cortejo é novamente montado e retiram-se da Sala dos Capelos. Do mesmo modo que na Queima das Fitas, o ritual é acompanhado por familiares, que registram o momento.

A primeira imagem, a seguir, retrata o trajeto do Reitor pelo Paço das Escolas, com a borla na mão,⁵³ em direção à Biblioteca Joanina para que seja dado início ao cortejo⁵⁴. A segunda apresenta a saída de integrantes do cortejo da Biblioteca Joanina, com destino à Sala dos Capelos, conduzidos pela Charamela.



Figura 7: Formação do Cortejo – Imposição de Insígnias Doutorais da Faculdade de Direito
Acervo pessoal de Cruz, M.T.J.O. (2012)



Figura 8: Cortejo em solenidade Imposição de Insígnias Doutorais da Faculdade de Direito
Acervo pessoal de Cruz, M.T.J.O. (2012)

É importante asseverar que a sequência ritual da Imposição de Insígnias e dos Doutoramentos *Honoris Causa* realizados em Coimbra guardam em algum ponto semelhança com as solenidades da mesma natureza realizadas em diversas Universidades europeias, todavia, diferenciam-se do extinto ritual adotado no final do século XIX e anos iniciais do século XX para a concessão do grau de bacharel, na Universidade de Coimbra.

Segundo Lamy (1990, p. 168-170) o ritual no final do século XIX era composto de ritos iniciais, por exemplo a realização de provas e chamada e anúncio dos resultados; rituais intermédios, como o convite para a tomada de grau, a recitação da fórmula da concessão de grau e a utilização da borla para

conferir o grau. O rito final consistia-se na récita de palavras sobre tema relacionado com o bacharelado.

Verifica-se que apesar do extinto ritual de concessão do grau variar relativamente à Imposição de Insígnias, estão presentes os mesmos símbolos, assim como, a rígida obediência à hierarquia. No caso da Imposição de Insígnias a carga simbólica é ainda maior, uma vez que aquele que está a ser investido já é detentor do título científico de doutor. Todavia, o ritual legitima e sanciona uma posição dentro da academia, cria uma nova posição a ser defendida e institui novas redes de sociabilidade.

Considerações finais

O exercício de aproximação entre a cultura académica coimbrã e sergipana, representada pela Universidade de Coimbra e pela Faculdade de Direito de Sergipe possibilitou-nos perceber que os ritos e símbolos são da essência da vida em sociedade e no espaço académico, e, de forma especial, atuam como um modo de inculcação de valores e costumes, o que podemos verificar, do ponto de vista prático, a partir da realização da etnografia dos rituais da Queima das Fitas e da Solenidade de Imposição de Insígnias na Universidade Coimbra.

Pudemos conhecer que estudos tem sido produzidos por pesquisadores portugueses, a partir de diversas abordagens, sobre a História institucional da Universidade de Coimbra e das suas tradições estudantis. No entanto, necessitam ser alargados para que se possa compreender a circulação de ritos e símbolos coimbrões fora de Portugal, levados por estudantes que aqui realizaram sua formação e que retornaram às suas pátrias, como no caso do Brasil.

De entre os elementos rituais comuns às duas instituições de ensino verificamos o uso do Capelo pelos professores catedráticos e no caso da Faculdade de Direito de Sergipe, a utilização da Borla pelo seu diretor, durante alguns rituais. Notamos, inclusive, que o ritual de concessão do grau de bacharel na Faculdade de Direito de Sergipe assemelhou-se à extinta concessão do grau de bacharel em Coimbra. A Faculdade de Direito de Sergipe apenas ofereceu o Bacharelado em Direito, não sendo possível comparar as suas solenidades com as de Doutoramento Científico, Imposição de Insígnias ou Doutoramentos Honoris Causa.

Desse modo, entendemos que a realização deste primeiro exercício abre caminho para novas investigações que busquem respostas para questões como: que rituais integravam as práticas formativas na Faculdade de Direito de Sergipe e na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra? O que haveria de comum entre as práticas dessas duas instituições de ensino?

Referências:

- Andrade, M. S. & Barros, V. D. (1957). *Código de Praxe de Academia de Coimbra*. Coimbra: [s.n.].
- Bevilaqua, C. (1977). *História da Faculdade de Direito do Recife*. (2a ed.). Brasília: INL – Conselho Federal de Cultura.
- Bourdieu, P. (1982, junho). Les rites comme actes d'institution. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, Paris, 43.
- Braga, T. (1892-1902). *História da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Por ordem e na Typografia da Academia real de Sciencias. 4 vol.
- Burke, P. (2007). Cultura, tradição, Educação. In Gatti Jr, D. & Pintassilgo, J. (Orgs.). *Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação*. Uberlândia: EDUFU.
- Carvalho, R. & Cunha, P. F. (2008). *A História da Faculdade de Direito de Coimbra*. Lisboa: RES.
- Cruzeiro, M. E. (1990). *Action Symbolique et Formation Scolaire. L'Université de Coimbra et sa Faculté de Droit dans la Seconde Moitié du XIXe. Siècle*. 2 tomos. Tese de doutoramento policopiada. Paris.

- Durkheim, E. (2001). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulus.
- Faculdade de Direito de Sergipe (1956). *Regimento*. Aracaju: Livraria Regina.
- Felgueiras, M. L. (2010). Cultura Escolar: da Migração do Conceito à sua Objectivação Histórica. In Felgueiras, M. L. & Vieira, C. E. (Eds.) *Cultura Escolar, Migrações e Cidadania*. (pp. 17-32). Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Fontes, J. S. L. (1991). Faculdade de Direito – 40 anos. *Caderno de Cultura do Estudante*. Edição Governador José Rollemberg Leite. São Cristóvão: UFS-PROEST. Ano VIII, 8.
- Freitas, D. G. (1959). *Paulistas na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Frias, A. G. (2003). Praxe Académica e culturas universitárias em Coimbra: lógicas das tradições e dinâmicas identitárias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra: CES-Universidade de Coimbra, 66, 81-116.
- Gomes, J. F. (1993). A investigação em História da Educação em Portugal. In Nóvoa, A. & Bebio, J. R. *A História da Educação em Espanha e Portugal: investigações e atividades*. (pp. 55-64). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Goulão, A. (2012). *Entrevista concedida a Cruz, M. T. J. O*. Coimbra.
- Graça, T. C. C. (2002). *Pés-de-Anjo e Letreiros de Neon: ginásianos na Aracaju dos anos Dourados*. Aracaju-Sergipe: EDUFS-Fundação Oviedo Teixeira.
- Hobsbawm, E. (1997). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lamy, A. S. (1990). *A Academia de Coimbra (1537-1990)*. Lisboa: Rei dos Livros.
- MacLaren, P. (1991). *Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*. Petrópolis - RJ: Vozes.
- Merêa, P. (1952-1956). *Esboço de uma História da Faculdade de Direito de Coimbra*. 3 fascículos.
- Nascimento, E. F. V. C. et al. (2006). Educação Superior em Sergipe 1991- 2004. In Ristoff, D. & Giolo, J. *Educação Superior Brasileira: 1991-2004*. (pp. 22-72). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Nunes, A. (2007). Honoris causa de Léon Duguit (1923) In *Virtual Memories*. <http://virtualandmemories.blogspot.it/>. [Acedido em 08 de julho 2012].
- Nunes, M. T. (1984). *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Oliveira, M. T. J. (2008.) *Ensino Jurídico: gênese e metamorfose da Faculdade de Direito de Sergipe (1950 a 1970)*. Monografia. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.
- Peirano, M. G. S. (2000). *A análise antropológica de rituais*. Rio de Janeiro: [s.n.].
- Prata, M. A. C. (2002). *Academia de Coimbra (1880-1926): um contributo para sua história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rodriguez, J. L. P. (2004). *Ceremonias y Grados en la Universidad de Salamanca: una aproximación al protocolo académico*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. Colección História da la História de la Universidad.
- Rollemberg, M. E. B. (2010). *Depoimento concedido a Cruz, M. T. J.O*. Aracaju-Sergipe.
- In Santos, L. A.; Rolemberg, M. S. T. (Orgs.) (1998). *UFS – História dos cursos de graduação*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.
- Saviani, D. (2010, agosto/dezembro). A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Póiesis Pedagógica*, 8(2), 4-17.
- Tavares, M. E et al. (1983). *UFS – História dos cursos de graduação*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.
- Torgal, L. R. (1993). Quid Petis? *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 15,177-316.
- Torgal, L. R. (1983). *A Universidade e o Estado Novo: o caso de Coimbra (1926-1961)*. Coimbra: Minerva.
- Torgal, L. R. (1999). *A Universidade e o Estado Novo: o caso de Coimbra 1926-1961*. Coimbra: Minerva.
- Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Van Gennep, A. (1981) *Les rites de passage*. Paris: Picard.

Notas:

¹ Este trabalho é o resultado parcial de investigações realizadas no primeiro semestre de 2012 na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e na Universidade de Coimbra, por Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira Cruz, em Estágio Doutoral realizado sob a orientação da Prof^a Doutora Margarida Louro Felgueiras.

² Uma das mais antigas universidades europeias ainda em funcionamento, a Universidade de Coimbra foi fundada em 1º de março de 1290, pelo Rei D. Dinis, por intermédio do documento intitulado *Scientiae thesaurus mirabilis*, que recebeu posteriormente a autorização papal para funcionamento, em Lisboa. A instituição alternou o seu funcionamento entre a Capital portuguesa e a cidade de Coimbra até ao século XVI, quando passou a funcionar de forma definitiva nas proximidades do Mondego. Os primeiros cursos oferecidos foram os de Artes, Letras, Direito Canónico, Direito Civil e Medicina.

³ Estes estudos têm sido conduzidos **por historiadores, educadores, sociólogos, antropólogos e etnólogos, além de outras áreas do conhecimento.**

⁴ Há inúmeras obras desta natureza, entre elas, estudos técnicos, legislação, anuários, revistas, **contos, crônicas, sátiras, romances, biografias e autobiografias** incorporadas na Biblioteca do Museu Académico da Universidade de Coimbra. Várias dessas obras foram escritas por estudantes de Direito e relatam o seu cotidiano académico, como por exemplo a vivência da praxe, a vida amorosa, a participação político-estudantil, entre outros. Relatos que variam da exaltação à crítica dos costumes coimbrões.

⁵ Os autores e as obras citadas no contexto deste trabalho realizam um delineamento geral dos estudos acerca da Universidade de Coimbra, seus alunos e professores. Para uma bibliografia mais completa sugerimos a leitura das referências apresentadas por Torgal (1983); Cruzeiro (1990); Prata (2002); Frias (2003) e Lamy (1990).

⁶ Significa que a presente proposição «trata tão-só de um exercício de análise, obviamente provisório e aberto a outras perspectivas», que Gomes (1993) refere no trabalho «A investigação da História da Educação em Portugal».

⁷ A menção a esses autores e ao período que representam é de cunho epistemológico, demarcador de diferentes abordagens e métodos no espaço-tempo da produção científica. A obra de Teófilo Braga, em 4 volumes, representa uma linha precursora na produção sobre História da Educação em Portugal, ao incidir sobre a história das instituições de ensino. Já o trabalho elaborado por Cruzeiro (1990) insere-se na utilização de pressupostos sociológicos, em especial, das categorias analíticas propostas por Pierre Bourdieu, fazendo parte do movimento de incorporação de novos paradigmas teóricos na produção da História da Educação, inclusive, com a utilização de conceitos da Antropologia. No mesmo sentido, Frias (2003) utilizou pressupostos antropológicos e recorreu à Etnografia. Por diferentes caminhos, Cruzeiro e Frias estudaram questões ligadas à vida estudantil.

⁸ Uma das poucas exceções é o caso de Anibal Gregorie Bezelga Frias que é de origem Franco-Lusa.

⁹ O termo «academia», original «*akadémeia*», *designa* o jardim no qual Platão fundou sua escola de filosofia, mas o termo passou a designar toda instituição de ensino superior, ou que congrega luminares da ciência, das artes, da filosofia etc. Cf. Dicionário Caldas Aulete de Língua Portuguesa na versão on-line, <http://aulete.uol.com.br/academia#ixzz2F1Fafmkm>. [Acedido em 18 julho 2012].

¹⁰ Esta é uma identidade específica, na medida em que não se trata apenas de ser estudante universitário, mas de ser estudante «de» e «em» Coimbra.

¹¹ Chamamos atenção para o facto de que esse entendimento surge no século XX, entre outras razões, pelas ligações entre a Universidade de Coimbra e o Salazarismo, o que decorreu de uma cisão entre estudantes (academia) e os corpos docente e administrativo (universidade). Para a compreensão das complexas relações estabelecidas consideramos essencial a leitura de Torgal (1999 e 2009).

¹² Citamos o trabalho de Merêa (1952-1956), a considerá-lo construção específica de uma «história» ou «esboço histórico» da Faculdade de Direito de Coimbra. Cumpre ressaltar, todavia, que fragmentos da trajetória da Faculdade de Direito podem ser encontrados em actas, legislação e outros documentos oficiais da Universidade de Coimbra, desde sua fundação.

¹³ Além desses trabalhos há o conjunto de investigações constantes nos 5 volumes das Actas do Congresso História da Universidade. Universidade (s): História. Memórias. Perspectivas (1991), realizado por ocasião do 7º centenário de fundação da Universidade de Coimbra.

¹⁴ As obras percursoras neste tema foram **de Nunes (1984) sobre a Educação em Sergipe, da coletânea coordenada por Tavares et al. (1983) e da obra de Nascimento et al. (2006).**

¹⁵ A abordagem da «cultura escolar» tem sido utilizada conjuntamente com elementos integrantes da História das Instituições e História das Disciplinas e da *cultura material escolar* (Felgueiras, 2010).

¹⁶ Os rituais diziam respeito, respectivamente, ao grau de **bacharel, licenciado, doutor ou mestre, e se relacionavam, também, com o curso frequentado.**

¹⁷ **Estas sequências são caracterizadas por graus de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição).**

¹⁸ Para o autor «Os rituais não são entidades etéreas distintas dos caprichos da vida cotidiana, como se estivessem de alguma forma empoleirados na crista da cultura, como um feixe de normas e de decretos abstratos a serem promulgados separadamente da constituição concreta de papéis individuais e relações com as quais a vida diária é construída. Ao contrário, os rituais são inerentemente sociais e políticos; eles não podem ser entendidos isolados do modo como os indivíduos se situam biográfica e historicamente [...]» MacLaren (1992, p. 73).

¹⁹ Entendemos, nesta primeira aproximação, que não há diferença entre os rituais de separação, agregação e de desagregação entre os diversos cursos da Universidade de Coimbra, em função da lógica identitária relacionada com a Universidade, que apenas distingue os cursos por intermédio de diferentes cores para as fitas que os representam. Contrariamente, em Sergipe, o ensino superior foi-se constituindo paulatinamente por intermédio da fundação de Faculdades, que resultaram em diferentes características para cada instituição, inclusive, algumas de origem confessional, apesar da execução de atos comuns previstos na legislação educacional. Cabe ressaltar, todavia, que as práticas formativas, mesmo na Universidade de Coimbra, diferenciam-se de curso para curso mas, não são objeto deste estudo. Com base nestes pressupostos julgamos possível a aproximação proposta.

²⁰ A esse respeito convém ressaltar que do final do século XIX até meados do século XX, em Portugal, alguns Liceus e Escolas Normais adotaram práticas relativas à Praxe Académica ou mesmo o uso do Traje Académico. O mesmo pode-se dizer no Brasil, relativamente às solenidades de Formatura de Normalistas, com o uso de trajes talares, barretes, etc.

²¹ Saviani (2010) assevera que mesmo sem essa denominação, os jesuítas já mantinham em seus colégios no Brasil, desde o período colonial, os cursos de filosofia e teologia.

²² Após o estabelecimento da Corte portuguesa, o ensino superior foi instituído no Brasil. Foram fundados os cursos de Engenharia da Academia Real da Marinha (1808) e da Academia Real Militar (1810), o Curso de Cirurgia da Bahia (1808), de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808), de Medicina (1809), também no Rio de Janeiro, de Economia (1808), de Agricultura (1812), de Química (química industrial, geologia e mineralogia), em 1817 e o Curso de Desenho Técnico (1818).

²³ Até então, os ritos e os símbolos relacionados com a vida académica e com a formação jurídica que circulavam pelo Brasil diziam respeito às memórias e às vivências da burguesia ilustrada e dos ocupantes de cargos na administração portuguesa. Tal circulação era ampliada pela movimentação interna desses funcionários, que atuavam ao longo das suas carreiras, servindo à Coroa, em diferentes pontos do Brasil.

²⁴ Por meio da fundação de um Curso Jurídico em São Paulo, no Mosteiro de São Francisco e outro no Mosteiro de São Bento, em Olinda, que devido às precárias instalações do prédio, foi transferido para Recife, em 1853. O primeiro diretor da faculdade paulista, José Arouche de Toledo Rendon, nasceu na cidade de São Paulo e estudou em Coimbra onde fez o curso de direito civil, tendo recebido o grau de doutor em leis em 14 de julho de 1779. De volta ao Brasil, exerceu diversos cargos ao serviço da Coroa. O Curso Jurídico fundado no estado de Pernambuco teve como primeiro diretor Lourenço José Ribeiro, também antigo aluno de Coimbra.

²⁵ A faixa litorânea de terra onde atualmente se localiza o Estado de Sergipe era conhecida pelos franceses desde o início do século XVI, situando-se entre as Capitânicas da Bahia e de Pernambuco, delimitada pelos rios Real e São Francisco.

²⁶ A primeira delas ocorreu por intermédio de proposta enviada à Assembleia Legislativa, em 1898, pelo Deputado Daniel Campos, então Presidente da Província em Exercício. Depois, em 1908, mediante autorização

legislativa ao Poder Executivo para que fosse financiada uma sociedade que se dispusesse a fundar um curso jurídico, sendo que não surgiram interessados. Em 1925, no Governo Graccho Cardoso foi fundada a faculdade de Direito Tobias Barreto, que nunca chegou a funcionar por falta de interessados em se matricular. Acerca dessas iniciativas sugere-se a leitura de Oliveira (2008).

²⁷ Após 1968, com a fundação da Universidade Federal de Sergipe, a Faculdade de Direito passou a ser o Departamento de Direito, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

²⁸ No final de 1940, Aracaju, a Capital do Estado possuía 60 mil habitantes. Durante a década de 1950 o crescimento foi de cerca de 10%. No final da década de 1960 esse número havia duplicado para 112.516. Graça (2002, p. 20).

²⁹ Dentre estas medidas destacam-se a construção de estradas de rodagem, a interiorização do ensino fundamental e a implantação do ensino superior.

³⁰ Segundo Graça (2002), «...No contexto da modernização urbana que as grandes metrópoles brasileiras experimentaram nessa década, Aracaju, uma cidade pequena situada no Nordeste subdesenvolvido, ainda se conservava provinciana, arraigada a hábitos, atitudes e valores antigos...». (p. 20).

³¹ Durante as duas décadas de funcionamento da Faculdade de Direito, Aracaju além de crescer verticalizou-se, com a construção de diversos prédios de apartamentos, principalmente, no centro da cidade. A expansão ocorreu, sobretudo, no sentido da zona sul da cidade. Tal tendência foi seguida no tocante à escolha do local de funcionamento das faculdades que foram fundadas.

³² Neste dia os presentes definiram o corpo docente que também compôs a Congregação da novel instituição. Todos, indistintamente, foram integrados ao corpo docente na condição de Professor Catedrático. Ocupantes de diversos cargos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Sergipe e em alguns órgãos e entidades federais, os novos professores, em sua maioria, tinham como formação o Bacharelado em Direito realizado nas Faculdades de Direito da Bahia, Recife e Rio de Janeiro, onde vivenciaram rituais acadêmicos trazidos da Europa, em especial, da Universidade de Coimbra. Ao longo de sua existência a Faculdade de Direito de Sergipe ofereceu tão-somente o Bacharelado em Ciências Jurídicas.

³³ No Brasil, o trote corresponde ao ritual de ingresso no ensino superior, por meio de ritos que ridicularizam e humilham o calouro. Todavia, constitui-se em ação pontual, contrariamente à praxe, em Portugal, que é praticada de forma contínua ao longo do primeiro ano de estudos de um acadêmico português e cuja submissão hierárquica ocorre ao longo de todo o curso. O trote é praticado desde a fundação das primeiras universidades europeias.

³⁴ O Trote assumiu diferentes formas e graus de importância na vida acadêmica nas diversas instituições e unidades da Federação brasileira, não podendo se operar a generalização de sua prática a partir do caso de Sergipe.

³⁵ O registo etnográfico recaiu sobre os rituais mais antigos e que possibilitavam maior interação envolvendo docentes e estudantes, deles entre si e, de ambos, com a comunidade coimbrã, tendo-se concentrado em quatro momentos distintos: na Semana da Queima das Fitas priorizamos a queima das fitas, as noites de parque, o sarau acadêmico, a venda da pasta e a garraída, dentre outros. Depois, o ritual da bênção das pastas e, por fim, a procissão da Rainha Santa Isabel. Dos rituais praticados no interior da Universidade de Coimbra, foram priorizados os doutoramentos científicos e a imposição de insígnias, considerando o calendário da sua realização.

³⁶ Foram realizadas entrevistas abertas, a partir da escolha não intencional dos depoentes participantes dos rituais.

³⁷ A história do traje acadêmico é extensa. O uso de um traje estudantil tratando-se das Universidades ou do ensino superior não é uma característica exclusiva de Coimbra e confunde-se com a própria História da Universidade Europeia e sua origem eclesiástica. Quanto a Coimbra, o traje atualmente utilizado remonta ao século XIX e tem uma matriz burguês-liberal visível no uso de casacas, coletes e gravatas, entre outros elementos.

³⁸ O festejo, composto por múltiplas atividades culturais, desportivas e de lazer, realiza-se no espaço de 1 semana, normalmente no mês de maio.

³⁹ Ritual que indica a passagem simbólica de um estudante do terceiro para o quarto ano e que a partir de então pode utilizar a pasta com as fitas das cores do curso. Segundo Cruzeiro (1990, p. 125-126) a Queima das

Fitas é um ritual híbrido que se encontra na fase de agregação se considerada a trajetória do curso em sua integralidade, porém, atua como um rito preliminar para o ingresso no quarto ano.

⁴⁰ Símbolos de distinção acadêmica e social, no âmbito do Colégio Doutoral da Universidade de Coimbra as insígnias são a borla, o capelo, o anel e o traje doutoral. Nos cursos de graduação temos o grelo e a pasta, dentre outros

⁴¹ Para os estudantes, o final do século XIX e início do século XX foi marcado por comemorações e ações de protesto, dentre elas, o *Centenário da Sebenta* ocorrido nos dias 28, 29 e 30 de maio de 1898, o *Enterro do Grau* ocorrido em 1905 e a *Greve Acadêmica* de 1907. Os protestos estarão presentes, também, no *Luto Acadêmico* decretado no final da década de 1960, assim como no retorno, na década de 1980, à vivência das tradições acadêmicas.

⁴² Segundo o artigo 1º do Código de Praxe da Universidade de Coimbra (2007), a Praxe Acadêmica é «o conjunto de usos e costumes tradicionalmente existentes entre os estudantes da cidade de Coimbra e os que forem decretados pelo Conselho de Veteranos».

⁴³ Constitui-se no ato de chamoscar em brasa incandescente colocada em um recipiente em forma de pinico (um dos símbolos da praxe), a ponta de um cordão de algodão trançado medindo 2 centímetros de largura por aproximadamente 1 metro de comprimento, denominado de *grelo*, na cor do curso do estudante, em ato realizado atualmente no Largo da Sé Nova, na manhã do Cortejo dos Fitados.

⁴⁴ A Associação Acadêmica da Universidade de Coimbra foi fundada no final do século XIX para congregar os estudantes da Universidade de Coimbra, desenvolvendo atividades de coesão e representação política, atuando no fomento da cultura (música, canto, e folclore), da prática desportiva e manutenção das tradições acadêmicas coimbrãs, dentre outros. Atualmente também possui associados estudantes dos cursos superiores politécnicos.

⁴⁵ A Alta é região geográfica elevada de Coimbra, onde se situa o Paço das Escolas, lugar onde residiam os estudantes coimbrões. Em sua contraposição encontra-se a Baixa, às margens do Mondego, com seus tipos populares, comércio, etc.

⁴⁶ É essencial aqui ressaltar o primoroso trabalho realizado por Torgal (1993) na investigação dos doutoramentos na Universidade de Coimbra, sendo que nesta primeira aproximação apenas realizamos uma alusão distante à sequência ritual dos ritos apontados no estudo realizado pelo autor, que deve ser lido em sua inteireza em face da riqueza de detalhes que apresenta e pelas reflexões que suscita quanto às tradições coimbrãs.

⁴⁷ Rituais dessa natureza têm início com a indicação do nome do doutor que receberá as insígnias, previamente aprovado pela Congregação da Faculdade. Os padrinhos, professores catedráticos da casa, atestam os feitos acadêmicos que justificam e legitimam o ingresso simbólico naquela academia. O ritual é idêntico ao dos Doutoramentos *Honoris Causa*, com a diferença que na Imposição das Insígnias os requerentes já possuem o título acadêmico de *Doutor*. O Doutoramento *Honoris Causa* foi ampla e profundamente estudado por Torgal (1983), em trabalho no qual o historiador elenca minuciosamente cada uma das etapas do ritual, buscando suas origens.

⁴⁸ Símbolo de consagração e de poder visível, por exemplo, nas coroas dos césaes.

⁴⁹ Nem sempre o início do cortejo, e aqui tratamos do ritual de doutoramento solene (científico) que deu origem aos atuais doutoramentos *honoris causa* e imposição de insígnias, realizou-se na Biblioteca Joanina. Até 1834, quando o grau de doutor era conferido por autoridades eclesiásticas, saía do Mosteiro de Santa Cruz. Após o advento da República e a completa laicização com a concessão do grau pelo Reitor ou seu representante, o cortejo chegou a sair do Observatório Astronômico situado no Paço das Escolas. Após a construção da Cidade Universitária é que passou a sair da Biblioteca Joanina.

⁵⁰ Grupo de instrumentos de sopro, sob a direção de um maestro, que toca músicas específicas para a condução dos professores até a Sala dos Capelos e para atuar entre as diversas fases do ritual, a substituir as palmas depois dos discursos da solenidade.

⁵¹ Neste momento aquele que está a receber as insígnias menciona o nome do curso ao qual pertence.

⁵² Torgal (1983) ao apresentar o percurso histórico do ritual de doutoramento, esclarece que desde 1431 os Estatutos da Universidade de Coimbra (Livro Verde) já previam um traje específico e havia uma sequência ritual estabelecida.

⁵³ Na cor verde, Cor da Universidade de Coimbra.

⁵⁴ O Reitor faz-se acompanhar pelo Mestre de Cerimônias da Universidade. Seguem-no os Doutores que receberão a insígnias e que estão acompanhados pelos respectivos padrinhos. Por último, protegendo o Reitor estão os archeiros munidos com suas armas e a maça (espécie de cetro que simboliza o poder concedido ao Reitor ou quem o represente para conferir grau) do curso de Direito.